

# PLANO DE DADOS ABERTOS

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA  
2025 - 2026

## Sumário

- 1) Apresentação
- 2) Introdução
- 3) Dados para abertura
- 4) Sustentação
- 5) Estratégias para abertura de dados
- 6) Monitoramento e Controle
- 7) Plano de Ação
- 8) Referências
- 9) Glossário

## **Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS**

Marcela Passamani

### **Secretária de Justiça e Cidadania**

Jaime Santana de Souza

### **Secretário-Executivo**

Alinne Carvalho Porto

### **Subsecretaria de Administração Geral**

Dolores Moreira da Costa Ferreira

### **Subsecretaria de Políticas para Idoso**

Gilce Sant'Anna Teles

### **Subsecretaria de Assuntos Funerários**

Daniel Fernandes Silva Felix

### **Subsecretaria do Sistema Socioeducativo**

Maria Lucena

### **Subsecretaria de Enfrentamento às Drogas**

Uiara Couto de Mendonça

### **Subsecretaria de Apoio a Vítimas de Violência**

Diego Moreno de Assis e Santos

### **Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes**



Juvenal Araújo Júnior

**Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial**

Rodrigo Barbosa da Silva

**Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão**

## **Ficha Técnica**

### **Equipe Técnica**

Bernado da Rocha Spiegel Sallum

Thiago de Souza Lira

Victor de Oliveira Carvalho

### **Coordenação**

Thiago de Souza Lira

### **Supervisão**

Alisson Melo Rios

## 1. Apresentação

O Plano de Dados Abertos (PDA) é o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS, observados os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações. Sua elaboração vem ao encontro do disposto na Lei nº 4.990/2012 (Lei Distrital de Acesso à Informação) e no Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017, que institui a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional no âmbito do Distrito Federal.

Possui periodicidade bienal, podendo contar com eventuais edições dentro do biênio, motivadas pela revisão da situação das metas ou novas inserções de abertura de dados.

Construído de forma colaborativa, envolvendo todas as unidades da SEJUS à luz dos princípios da publicidade e da transparência da administração pública, o PDA elenca as ações necessárias para o alcance dos resultados pretendidos.

O PDA da SEJUS estabelece:

- ✓ A matriz de responsabilidade, contendo a periodicidade e os setores responsáveis pela atualização das bases;
- ✓ A matriz de governança, primando pela obediência às metodologias e padrões para a correta catalogação e publicação dos dados a serem disponibilizados;
- ✓ Os canais de comunicação para que o cidadão possa se manifestar quanto ao PDA.

## Objetivo Geral

Promover a publicação de dados da SEJUS, em formato aberto, a fim de contribuir para a melhoria da gestão pública, o incremento da transparência, o fomento ao controle social e à pesquisa científica de base empírica sobre a gestão pública e o incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias destinadas à construção de ambiente de gestão pública participativa e democrática e à melhor oferta de serviços públicos para o cidadão.

## Objetivos Específicos

- ✓ Na implantação do Plano de Dados Abertos, a SEJUS deve:
- ✓ Identificar prioridades e disponibilizar dados em formatos abertos;
- ✓ Melhorar a qualidade dos dados disponibilizados;
- ✓ Melhorar a gestão da informação e de dados;
- ✓ Incrementar continuamente os processos de transparência e de acesso às informações públicas.

## 2. Introdução

A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal por meio deste documento, institui seu Plano de Dados Abertos (PDA), válido para o biênio 2025-2026, que estabelece ações e procedimentos para implementação e promoção de abertura de dados sob sua responsabilidade, tendo como referência os seguintes normativos:

- ✓ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei Federal de Acesso à Informação – LAI), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.
- ✓ Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012 (Lei Distrital de Acesso à Informação – LAI), que regula o acesso a informações no Distrito Federal previsto no art. 5º, XXXIII, no art. 37, § 3º, II, e no art. 216, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 45, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- ✓ Instrução Normativa nº4, de 13 de abril de 2012 (INDA), que cria a INDA e estabelece conceitos referentes a: dado, informação, dado público, formato aberto, licença aberta, dados abertos e metadado;
- ✓ Decreto nº 38.354, 24 de julho de 2017, que institui a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
- ✓ Portaria nº 304, de 24 de março de 2022, que institui no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, a Estratégia de Transformação Digital, a Rede de Gestão para Resultados e o Modelo de Gestão para Resultados da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal

### 3. Dados para Abertura

Para a definição das bases que serão disponibilizadas em formato aberto, foram considerados os seguintes critérios:

- ✓ O conjunto de dados e sistemas sob a gestão da SEJUS;
- ✓ O grau de relevância dos dados para o cidadão, observando-se as demandas encaminhadas via Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão - e-SIC, bem como os setores e serviços mais procurados nos sítios eletrônicos da SEJUS;
- ✓ O alinhamento perante o Planejamento Estratégico Institucional (PEI);
- ✓ O nível de maturidade da organização quanto à qualidade das informações e dados existentes.

Nesse contexto, temos abaixo a relação das principais bases de dados mantidas pela SEJUS, que possuem um nível de organização de informações que possibilitam a disponibilização em formato aberto:

## 1. DADOS DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE FILAS (IMAGON)

Os dados a serem disponibilizados foram extraídos de uma base legada, do Sistema de Gerenciamento de Filas, denominado IMAGON, que era utilizado pela empresa ATP S/A. A ATP é a empresa contratada pelo Governo do Distrito Federal para prestar os serviços integrados de operação, manutenção, recepção, triagem e apoio à gestão das unidades do Na Hora, instalado em seis pontos de atendimento aos cidadãos (Ceilândia, Rodoviária do Plano Piloto, Gama, Sobradinho, Taguatinga e Riacho Fundo) no Distrito Federal.

**Unidade Responsável:** Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão

**Atualização:** trimestral

**Formatos:** CSV

**Segmentação:** anual

## 2. DADOS DO SISTEMA DE JORNADA

Os dados a serem disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações de Gestão das Medidas Socioeducativas do Distrito Federal – JORNADA, que gerencia informações relativas às medidas socioeducativas de internação (restrita e provisória), semiliberdade e meio aberto. O sistema foi desenvolvido pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo com o objetivo de organizar, contabilizar e armazenar de forma segura e padronizada os dados referentes ao atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, promovendo maior eficiência na gestão e transparência das informações públicas.

**Unidade Responsável:** Subsecretaria do Sistema Socioeducativo

**Atualização:** trimestral

**Formatos:** CSV

**Segmentação:** anual

### **3. DADOS DO DISQUE 180 E DISQUE 100**

Os dados a serem disponibilizados foram firmados por meio de Acordo de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania e a Secretaria de Estado da Mulher, por meio do qual ambas assumiram a responsabilidade de acolher as denúncias encaminhadas pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), oriundas dos canais Disque 100 e Disque 180.

**Unidade Responsável:** Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial

**Atualização:** trimestral

**Formatos:** CSV

**Segmentação:** anual

### **4. DADOS DO SISTEMA DE GESTÃO DOS REEDUCANDO DA FUNAP**

Os dados a serem disponibilizados foram extraídos do Sistema de Gestão e Desenvolvimento dos Reeducandos da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP). O sistema reúne informações relevantes, como escolaridade, cidade de residência, bairro, datas de ingresso e saída da fundação, tipo de trabalho desempenhado, profissão, regime de cumprimento de pena e gênero.

**Unidade Responsável:** Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP

**Atualização:** trimestral

**Formatos:** CSV

**Segmentação:** anual

## 4. Estratégia para Abertura de Dados

A abertura de dados da SEJUS deve seguir os seguintes passos:

- ✓ Levantamento do conjunto de dados candidatos à abertura;
- ✓ Priorização e seleção dos dados que serão abertos com base no critério de relevância das informações para o cidadão;
- ✓ Definição de responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento do plano de ação com metas e prazos;
- ✓ Consolidação da matriz de responsabilidades e definição da governança e do fluxo de aprovação do PDA e revisões;
- ✓ Utilização de metodologia de abertura de dados a ser seguida pelas áreas responsáveis (padrões INDA e INDE);
- ✓ Capacitação sobre abertura dos dados selecionados para os responsáveis pelas áreas de negócio:
  - a. Processo de publicação de dados abertos;
  - b. Processo de catalogação dos metadados.
- ✓ Definição de arquitetura de abertura para cada base de dados.

## Premissas

Além de estar alinhado aos princípios e diretrizes mencionados anteriormente neste PDA, o processo de abertura dos conjuntos de dados da SEJUS deve considerar as seguintes premissas:

- ✓ Publicar os dados considerados relevantes para a sociedade o mais rápido possível, no formato disponível e informando as eventuais limitações de qualidade dos dados;
- ✓ Sempre que possível publicar dados e seus metadados, conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, que institui que cada conjunto de dados deve conter, no mínimo:
  - Nome ou título do conjunto de dados;
  - Descrição sucinta;
  - Palavras-chave (etiquetas);
  - Nome e e-mail do setor responsável pelos dados;
  - Periodicidade de atualização;
  - Escopo temporal.

## 5. Sustentação

Ficarão responsáveis pela curadoria dos metadados da SEJUS publicados no Portal de Dados Abertos do Distrito Federal ([www.dados.df.gov.br](http://www.dados.df.gov.br)), o Subcomitê Gestor de Transformação Digital SGTGD, com as seguintes atribuições:

- a. Verificar se os dados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE (metadados completos e atualizados);
- b. Contatar o responsável pelos dados, caso se verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível;
- c. Identificar e elaborar propostas para possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados e novos conjuntos de dados candidatos à abertura.

## Governança

O Plano de Dados Abertos e seu cumprimento para o biênio 2025-2026 será conduzido de forma colaborativa, envolvendo todas as unidades afetadas, com a seguinte divisão de responsabilidades:

**Secretaria Executiva de Projetos e Ações Estratégicas:** monitorar a elaboração do Plano de Dados Abertos da SEJUS, além de orientar as unidades e monitorar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos.

**Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação:** viabilizar, em parceria com as demais Unidades, a disponibilização dos dados abertos, provendo os recursos e procedimentos tecnológicos necessários.

**Subcomitê Gestor de Transformação Digital - (SGTD):** realizar as ações específicas de comunicação do Plano de Dados Abertos da SEJUS, de forma a haver ampla divulgação interna e externa.

### **Demais unidades da SEJUS:**

Desenvolver rotinas para gerir e fornecer tempestivamente os dados relativos às suas áreas de atuação, devendo zelar pela manutenção íntegra e versionada das séries históricas de dados sob sua responsabilidade, utilizando-se os recursos tecnológicos e procedimentos disponibilizados pela TI.

## 6. Monitoramento e Controle

A implementação do Plano de Dados Abertos da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal será monitorada pela Controladoria Setorial de Justiça, autoridade designada pelo art. 45 da Lei distrital de acesso à informação, com as seguintes atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 38.354/2017:

- ✓ Assegurar a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, de forma eficiente e adequada;
- ✓ Monitorar a implementação do Plano de Dados Abertos.

## Melhoria da qualidade dos dados

O Plano de Dados Abertos visa à disponibilização de dados relevantes para a sociedade, com a maior brevidade possível, nas condições disponíveis e com a qualidade de conteúdo que os dados se encontram. Porém, são apresentadas propostas de melhoria dos formatos e qualidade das informações, tendo como referência o modelo de maturidade de dados abertos da INDA, quais sejam:

- ✓ Os dados disponibilizados devem conter a possibilidade de serem acessados diretamente, através de URL única, ou seja, passível de ser reproduzida e compartilhada, sem necessidade de navegação na página para seu acesso;
- ✓ Tabelas mantidas em arquivos PDF devem estar contidas também em arquivos próprios para sua estruturação (como csv e odt), e serem referenciadas por esses relatórios;
- ✓ Os dados disponibilizados devem ser elaborados em formatos abertos, recomendados pela **e-PING**;
- ✓ Os dados publicados devem conter um conjunto mínimo de metadados, conforme a cartilha técnica para publicação de dados, disponível em <http://dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/> . Também deve ser considerada a contribuição com a sociedade no processo de melhoria da qualidade dos dados disponibilizados por meio do recebimento de sugestões pelo serviço de Ouvidoria.

## Comunicação e participação social

A institucionalização do Plano de Dados Abertos, sua governança e revisões devem ser comunicadas a todos os servidores da SEJUS e à sociedade, por meio do sítio institucional na internet, de forma a disseminar a cultura de transparência e solidificar a publicação de dados na rotina do órgão.

Sempre que ocorrer a inserção de dados ou alguma melhoria nos que já estão publicados, devem ser realizadas ações específicas de comunicação, coordenadas pelo Subcomitê Gestor de Transformação Digital - SGTGD, de forma a haver ampla divulgação interna e externa. Os materiais de divulgação devem levar em conta os interesses de diferentes segmentos de público: servidores do órgão, gestores públicos, produtores e usuários dos dados, Academia, imprensa, sociedade organizada e cidadão.

O cidadão poderá utilizar o serviço de Ouvidoria para se manifestar quanto ao Plano de Dados Abertos, podendo oferecer sugestões ou informar à Secretaria de Justiça e Cidadania sobre problemas técnicos ou inconsistências nos dados publicados.

Canais de atendimento do serviço de Ouvidoria:

- ✓ Internet: [www.participa.df.gov.br](http://www.participa.df.gov.br)
- ✓ Telefone: Ligue 162
- ✓ Presencialmente: nas Ouvidorias Especializadas de cada órgão.

## 7. Plano de Ação

TEMA	ATIVIDADES	PRODUTOS	META/ PRAZO	REQUISITO	UNIDADE	PONTO FOCAL
Dados do Sistema de Gerenciamento de Filas (IMAGON)	Consolidação em formato adequado.	Publicação da base em formato aberto	Prazo para a abertura da base	Trimestral	Na Hora	Coordenação de Inovação e Tecnologia
Dados do Sistema Jornada	Consolidação em formato adequado.	Publicação da base em formato aberto	Prazo para a abertura da base	Trimestral	Subsis	Coordenação de Inovação e Tecnologia
Disque 180 e Disque 100	Consolidação em formato adequado.	Publicação da base em formato aberto	Prazo para a abertura da base	Trimestral	Subdhir	Coordenação de Inovação e Tecnologia
Sistema de Gestão dos Reeducando	Consolidação em formato adequado.	Publicação da base em formato aberto	Prazo para a abertura da base	Trimestral	Funap	Coordenação de Inovação e Tecnologia

## 8. Referências

NOME	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm</a>
Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012 (Lei Distrital de Acesso à Informação).	Regula o acesso a informações no Distrito Federal previsto no art. 5º, XXXIII, no art. 37, § 3º, II, e no art. 216, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 45, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.	<a href="http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=4990&amp;txtAno=2012&amp;txtTipo=5&amp;txtParte=">http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=4990&amp;txtAno=2012&amp;txtTipo=5&amp;txtParte=.</a>
Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017.	Institui a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional Distrito Federal.	<a href="http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2017/07_JuLho/DODF%20141%2025-07-2017/DODF%20141%2025-07-2017%20INTEGRA.pdf">http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2017/07_JuLho/DODF%20141%2025-07-2017/DODF%20141%2025-07-2017%20INTEGRA.pdf</a>
INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na e-PING. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos.	<a href="https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/ocidadao/dados-abertos/indainfraestrutura-nacional-de-dados-abertos">https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/ocidadao/dados-abertos/indainfraestrutura-nacional-de-dados-abertos</a>

<p>INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos</p>	<p>Conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na e-PING. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos.</p>	<p><a href="https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/cidadãos-dados-abertos/indainfraestrutura-nacional-de-dados-abertos">https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/cidadãos-dados-abertos/indainfraestrutura-nacional-de-dados-abertos</a></p>
<p>Instrução Normativa nº4 de 13 de abril de 2012 (INDA)</p>	<p>Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público aos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo federal.</p>	<p><a href="http://dados.gov.br/instrucao-normativa-da-inda">http://dados.gov.br/instrucao-normativa-da-inda</a></p>
<p>e-PING - arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico</p>	<p>Conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de Serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.</p>	<p><a href="http://eping.governoeletronico.gov.br/">http://eping.governoeletronico.gov.br/</a></p>

## 9. Glossário

Os termos abaixo se referem às definições apresentadas no Plano de Ação da INDA.

**Dado:** sequência de símbolos ou valores, representados em algum meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial.

**Dados abertos:** dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento.

**Dado público:** qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica.

**e-PING:** Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

**Formato aberto:** formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização. Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**Licença aberta:** acordo de fornecimento de dados que concede amplo acesso a qualquer pessoa os utilizar, os reutilizar, e redistribuir, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença;

**Linked Data:** conjunto de boas práticas para publicação de dados estruturados de maneira a facilitar seu compartilhamento e integração;

**Metadado:** informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.

## Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal

Anexo do Palácio do Buriti 8º andar - CEP: 70075-900

Telefone: (61) 2244-1276

[gabinete@sejus.df.gov.br](mailto:gabinete@sejus.df.gov.br)